“AS CANGALHAS MARANHENSES”: O CORONELISMO CONFIGURADO NA IMAGEM DE VITORINO FREIRE, ENTRE 1945 A 1965.*

“THE MARANHENSES CANANGLES”: THE CORONELISMO CONFIGURED IN THE IMAGE OF VITORINO FREIRE, FROM 1945 TO 1965.

Maykon Albuquerque Lacerda†
https://orcid.org/0000-0002-0895-0823

Resumo: O presente artigo busca compreender as articulações, trajetória e influências políticas do pernambucano Vitorino Freire no Maranhão, pautadas em estratégias e alianças momentâneas rumo à ascensão e controle da Máquina Pública Estatal. Essa compreensão se faz a partir das relações de poder no âmbito local, estadual e federal, bem como suas práticas coronelísticas configuradas em seu autoritarismo e arbitrariedade, características imanentes ao que se denominará de Vitorinismo. A análise proposta irá discutir a constituição de algumas categorias conceituais, como: Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo, e o Patrimonialismo, visando entender a conjuntura do Maranhão entre 1945 a 1965, de tensões estaduais, disputas eleitorais, perseguições político-partidárias, e posicionamentos jornalísticos a um dos grandes caciques da política maranhense, cujo legado perdura até hoje em suas ações contraditórias e sua construção imagética no imaginário social.

Palavras-chave: Vitorino Freire, máquina pública estatal, política maranhense.

Abstract: This article aims to understand the articulations, trajectory and political influences of Pernambuco Vitorino Freire in Maranhão, based on strategies and momentary alliances towards the rise and control of the State Public Machine. This understanding is made from the power relations at the local, state and federal levels, as well as their coronelistic practices configured in their authoritarianism and arbitrariness, characteristics immanent to what will be called Victorinism. The proposed analysis will discuss the constitution of some conceptual categories, such as: Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo, and Patrimonialismo, aiming to understand the conjuncture of Maranhão from 1945 to 1965, of state tensions, electoral disputes, political-party persecution, and journalistic positions. to one of the great chiefs of Maranhão politics, whose legacy endures to this day in its contradictory actions and its imagetic construction in the social imaginary.

Keywords: Vitorino Freire, state public machine, maranhense politics.

1. Introdução

Após uma análise da estrutura política maranhense na atualidade, pôde-se perceber características remanescentes da velha política tradicional, conduzida por caciques políticos e latifundiários de prestígio, transcendendo a esfera local, e verticalizando-se rumo à esfera estadual e federal do Poder Público. Com isso, é salutar tecer às redes e estratégias políticas

* Artigo recebido em: 19 de agosto de 2019. Aceito em: 10 de dezembro de 2019
† † Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, MA, Brasil. Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Autor correspondente. E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com

no Maranhão durante as décadas de 1940 e 1960, representada comumente pelo: mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, e sobretudo, o vitorinismo que logrou êxito:

> [...]graças ao prestígio pessoal de Victorino nas altas esferas administrativas e junto aos figurões do país (prestígio que se conservou em alta e efetivo, passando de presidente a presidente, até sua morte e além dela) como uma época de grandes vantagens para o Estado, com o carreamento de vultosas verbas, que, se bem aplicadas, teriam dado ao Maranhão um grande progresso. Desviadas, porém, pelos amigos e correligionários, aos quais se garantia todas as imunidades e fornecia meio para aniquilamento dos contrários. Os próprios órgãos federais foram manipulados como instrumentos de vingança política e suborno, aos inimigos do governo tendo fechadas todas as portas, suspensos os créditos nos bancos oficiais, contra si todas as pressões da máquina administrativa, enquanto aos apaniguados era dispensado tratamento inverso e especial com todas as facilidades para todo tipo de fraudes e corrupções [...]. (LIMA, 1981, apud BOTELHO, 2007, p. 181-182)

Assim, é imprescindível uma discussão conceitual concernente às estratégias e articulações chefiada por Vitorino Freire, e posteriormente, a montagem do Vitorinismo, enquanto sistema político, através de suas práticas coronelísticas (autoritárias e violentas).

Nessa conjuntura, o papel secundário desempenhado pela Imprensa maranhense em prol da manipulação pública, e o legado político-partidário deixado por esta figura pública, cuja construção imagética e histórica é enveredada pelo atual negativismo e caráter contraditório e dual, de suas ações contra opositores, e seus mecanismos de controle e manutenção da Máquina Pública Estatal.

Dessa forma, a História Política e Social do Brasil sempre fora marcada pelo autoritarismo e pela violência individual e coletiva; uma vez que, é de se esperar que em um país de demasiada desigualdade socioeconômica, cujo regime escravista perdurou mais de 300 anos, esteja ainda vigente uma estrutura de mando e obediência, desde a colônia (representada pelas lideranças locais: por exemplo, os senhores de engenho e donos de escravos), até à atual república brasileira, capitaneada por determinados grupos políticos consolidados na ambiência regional e nacional.

2. Mandonismo

O mandonismo é muito confundido com o coronelismo, sendo conceitos totalmente diferentes. Logo: "[...] o mandonismo é característica básica do poder local, onde as leis não atingiam a população rural e o senhor agrário (senhor dos engenhos, coronel, caudilho etc.) era mandatário quase absoluto de suas terras." (ARRUDA, 2013, p. 02).

Portanto, pode-se configurar este "*mandão*" como uma pessoa de posses fundiárias e que tendo um grande número de subordinados (escravos, arrendatários, posseiros,

vaqueiros, etc.) sob seu domínio territorial, exercia seu poderio na vida social daqueles que o rodeavam, típico das relações de dependência do patriarcalismo brasileiro.

Coronelismo

Enquanto isso, o coronelismo origina-se da criação da Guarda Nacional em 1831, onde: "Aos senhores de terra eram concedido patente de capitão, tenente-coronel, major, e aos chefes mais poderosos a patente de coronel." (ARRUDA ,2013, p.04). Ou seja, de uma mera titulação nobiliárquica (patente militar), com o tempo, a palavra passa a designar o chefe político local, homem de posses, seja comerciante ou proprietário de terra.

Conforme Carvalho (1997, p. 06), "[...] a guarda nacional foi a grande instituição que ligou proprietários rurais ao governo". Pois, fora criada no conturbado Período Regencial (1831-1840), visando apaziguar as relações conflituosas provocadas logo após a abdicação de Dom Pedro I, em prol de atender aos interesses do governo instável vigente.

Logo, "o coronelismo demostra, portanto, ter uma estrutura bastante maleável, adaptando-se a sucessivos momentos históricos" (JANOTTI, 1981, apud SANTIAGO, 1998, p. 89). Ou seja, sempre reconfigurando-se frente às circunstâncias, bem como adaptando-se aos diversos momentos da história política nacional e regional.

Dessa forma, percebe-se que a posição do poder público perante a situação da compra de patente de Coronel era um negócio em que predominava o aspecto econômico, observando-se que o governo se sujeitava aos coronéis, porque o setor agrário era o suporte básico para a sociedade brasileira à época. E como a população rural estava sob o domínio dos senhores de terra, não seria difícil conquistar o posto de coronel e ampliar sua área de influência e poder, tanto na sociedade rural quanto urbana. Pois, os municípios incapazes financeiramente também se submetiam às ordens coronelísticas, facilitando a conquista de uma boa clientela eleitoreira.

No que tange às fraudes eleitorais provocadas pelos coronéis em favor de seu "filhotismo"[3], Carvalho (1997, p. 03) diz que:

> Há amplas evidências sobre fraudes escandalosas que acompanhavam o processo eleitoral em todas as suas fases. O coronel podia controlar os votantes e manipular as atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era o próprio Congresso em acordo com o presidente da República.

---

[3]Segundo Janotti (1981), expõe que os "filhotes" eram parentes, amigos, vizinhos, enfim, qualquer pessoa que detinha vínculo com o Coronel.

Desse modo, a chancela eleitoral perpassava pelos Municípios, Estados e União, complementando com Leal (1997) quando relata que o poder municipal, manipulava o eleitorado (através das relações clientelistas), à última instância, o governo federal legitimava todo o processo eleitoral em conformidade com o Congresso Nacional, onde após consentimento de ambos, o candidato era diplomado para o cargo eletivo pleiteado, sem nenhuma abertura à oposição em alcançar o poder.

De acordo com Carvalho (1997), foi com a perda de poder econômico que levou o coronel a necessitar do apoio do governo para manter sua hegemonia no âmbito regional. Este apoio era mantido por meio de práticas que iam desde a manipulação do eleitorado, à distribuição de cargos públicos para a permanência de votos. Tais cargos eram de juiz de paz, juiz municipal, delegado, coletor de impostos, que "[...] está estritamente vinculado à sustentação dos interesses econômicos dos donos de terra e dos grandes comerciantes." (CARVALHO,1997, p. 04).

Além disso, o aumento da população e o êxodo rural acarretaram na configuração de um coronelismo urbano, tendo como base a manipulação da máquina pública em proveito próprio, como também o controle das cidades, uma vez "[...] era necessário promover uma intensa propaganda política, veiculada através de jornais, panfletos, rádio e televisão e que promovia a mistificação da figura do líder [...]" (ARRUDA, 2013, p. 13).

Clientelismo

A expressão mais recente das práticas políticas caracterizadas como clientelistas é aquela dada pela ação dos políticos que "baseiam sua carreira e máquina eleitorais na capacidade de atender demandas de benefícios visíveis e imediatos em troca da garantia de votos" (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 277). Pois, é uma relação recíproca e dependentista, firmada:

> [...]nas relações sociais, o mecanismo do favor, que por sua vez, supõe a instalação de uma barganha por obediência e lealdade. A troca, entre o favor e a lealdade, passa a ser atributo essencial nas relações sociais. Mas que, por certo, era uma troca entre desiguais, portanto, eram barganhas desiguais. De fato, a barganha servia como uma técnica de dominação que acabava por permear as relações sociais como um todo. Dominação que interessava aos potentados, que buscavam, através da política de clientela, uma maneira singular de exercício da autoridade, do mando. (LENARDÃO, 1998, p. 11)

Conforme Leal (1997), outra característica dos coronéis era o clientelismo que se referia aos moradores dos municípios que se tornavam seus clientes numa relação de troca de favores, pois estavam sujeitos ao seu comando, devido à subordinação que se submetiam,

ou seja, eram os “afilhados “. E como os clientes oscilavam de acordo com a época, cabia aos coronéis os conquistarem. Desta maneira: “as práticas clientelistas serão tratadas como mecanismos de controle político baseados na troca de favores e barganhas entre sujeitos desiguais, e que miram a conquista da cooptação na relação social e política” (LENARDÃO, 1998, p. 02).

À título de exemplo, os cargos públicos dirigidos por familiares e não familiares dos Coronéis, consolidando uma teia de parentela[4], ou meramente laços de amizades ou compadrio.

Patrimonialismo

O Estado enquanto bem-patrimonial é um dos fatores que colabora para a ausência de distinção entre o público e o privado, fruto dos interesses pessoais, sempre sobressaindo em detrimento ao coletivismo, além de fornecer tentáculos para o dito estamento burocrático, características do Estado lento e ineficiente. Logo, para Weber (1999, p.239) o patrimonialismo:

> [...]é uma forma de exercício da dominação por uma autoridade, a qual está legitimada pela roupagem da tradição, cujas características principais repousam no poder individual do governante que, amparado pelo aparato administrativo recrutado com base em critérios unicamente pessoais, exerce o poder político sob um determinado território.

A autoridade patrimonialista está intrinsecamente fortalecida pela tradição, uma vez que o poder estatal se encontra nas mãos de determinadas famílias, que se servem dos recursos públicos como se fossem propriedade privada sua, e exercem o poder não com base na lei, mas em prol de seus interesse, ou seja, privatizam para si todo o aparelho estatal. É claro, sem esquecer de mencionar os valores tipicamente patrimoniais, como: a lealdade, o compadrio e o tráfico de influência, presentes no Estado Brasileiro. Na perspectiva de Holanda (1969, p. 105-106):

> Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. [...]. Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.

---

[4] Pinheiro (1985) afirma que parentela consiste no grau de parentesco de sangue formado por pequenos ou grandes núcleos familiares, onde cada membro vive independentemente, de vínculos de amizade ou proximidade geográfica.

Em suma, o grande problema enfatizado é que o homem brasileiro é oriundo e conectado ao seio familiar, que não consegue manter sua impessoalidade pública, em consonância com a sua visão de mundo e caráter patriarcal da sociedade, carimbado pelos valores paternalistas enraizados nas atividades do setor público inerente ao funcionalismo do Estado.

Uma tentativa fracassada

Oriundo do estado de Pernambuco[5], Vitorino de Brito Freire é filho de latifundiários (família tradicional), e desde pequeno fora instigado em ingressar na vida pública, pois almejava ascender à política pernambucana. Porém, o destino o levou ao Maranhão em 1933, acompanhando o futuro interventor federal Capitão Martins de Almeida.

Cabe ressaltar que à época Vitorino era amigo do então presidente Getúlio Vargas, além de ser tenente do Exército Brasileiro e de ter participado da Revolução de 30 (Fig. 01). Pois: “Permaneci no Maranhão, ocupando a Secretaria do Governo, ao lado do Capitão Martins de Almeida, durante dois anos”. (FREIRE, 1978, p.54)

Figura 1 - Vitorino Freire na Revolução de 30

Fonte: FREIRE, 1978, p. 40.

No Maranhão, Vitorino tenta eleger parlamentares na esfera federal (eleição em 1933) e estadual (eleição em 1934), no entanto não logra êxito. Uma vez que, era imperceptível quaisquer liderança que tivesse firmado no conceito popular, e esse ensejo favoreceu o ressurgimento de velhas lideranças e antigas agremiações que estavam adormecidas por quatro anos (MEIRELES, 2001).

[5] “[...] nascido na cidade de Pedra, aos 28 de novembro de 1908, faleceu, no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1977”. (BUZAR, 1998, p. 499)

Com isso, Vitorino retorna à capital federal (Rio de Janeiro) a convite do seu amigo Vargas, para assumir o posto de Ministro da Viação e Obras Públicas. Dessa forma, durante o Estado Novo (1937-1945), Vitorino ausenta-se do Maranhão, regressando somente em 1945 para articular a campanha presidencial do então aliado político e candidato, General Gaspar Dutra.

As disputas eleitorais

As eleições de 1945 concede à vitória presidencial ao candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra (sucessor de Vargas), o que representou "um retrocesso indiscutível: o retorno de Vitorino Freire à política estadual". (BUZAR,1998, p.45)

Assim, os ânimos políticos estavam a favor de Vitorino Freire, que é eleito deputado federal (mandato entre 1946-1947) pelo mesmo partido no Maranhão. Nesse ínterim, ascende ao cenário político regional:

> [...] nosso dedicado amigo sr. Eugênio Barros, cavalheiro de grande projeção social na cidade de Caxias, onde reside, sócio-chefe da firma Eugênio Barros & Cia., exportadora de gêneros de produção do Estado; e proprietário da importante fábrica de tecidos 'Sanharó'. (JORNAL O IMPARCIAL, 13 DE NOVEMBRO DE 1943)

Eugênio Barros torna-se um aliado vitorinista, e futuro candidato ao cargo de governador do Estado nas eleições que se avizinham. Pois, cada vez mais Vitorino aumentava seu prestígio político costurado com o apadrinhamento federal. Aliás, o êxito do Vitorinismo deve-se em especial as teias tecidas diretamente com todos os chefes do executivo nacional (amizade pessoal com os presidentes que se concentravam no poder). Uma vez que:

> Minha intimidade com o Presidente da República, e o seu conhecimento por meu intermédio das necessidades dos Estados tornavam as reivindicações que lhes eram feitas quase sempre bem recebidas. A quantidade de verbas federais canalizadas para o Maranhão eram de tal monta que geravam protestos de outros governos estaduais que julgavam-se merecedores de igual tratamento (FREIRE, 1978, p. 128).

Posteriormente, no ano de 1946 tem-se o ultimo interventor federal no Maranhão, Saturnino Belo (indicado por Vitorino a Gaspar Dutra), sendo sucedido por Sebastião Archer da Silva (PPB), governador eleito constitucionalmente. O interessante é que Vitorino (des)filiava-se à partidos políticos constantemente, conforme suas pretensões pessoais serem refutadas, além de divergências com seus algozes políticos. Pois:

> Como estava legalmente impedido de integrar o PSD, o partido de sua predileção, mas ainda controlado por Genésio Rego e Clodomir Cardoso, achou que era o momento de fundar nova agremiação partidária, que viesse ao encontro de suas ambições e de seus projetos futuros, realçando-se, dentre estes, o de transformar o grupo político que o cercava numa força poderosa e imbatível. Nessa perspectiva,

> foi concedido o Partido Social Trabalhista, inspirado e fundado por Vitorino Freire a 5 de novembro de 1947. (BUZAR, 1998, p. 71)

Desse modo, o Senado Federal foi a oportunidade para Vitorino de Brito Freire analisar a própria conjuntura política e projetar-se para eliminar as oposições representadas pelo PSD, PR e UDN (tidos enquanto antivitorinistas). Posteriormente, à frente do PST, ele recebe cargos, favores e benesses do Governo Federal, distribuídos aos seus correligionários e aliados maranhenses. Contudo, o seu sonho era reaver o PSD, algo que só podia ser concretizado com as derrotas de seus ferrenhos opositores políticos.

Às eleições de 1950 se aproximavam, e a convenção do PST decide que Eugênio Barros (político caxiense), seria o candidato ao governo estadual, tendo como vice o Capitão-tenente Renato Bayma Archer da Silva, filho de seu antecessor. Exemplificando que essa articulação representava os laços familiares, herança da República Velha (1889-1930), com filho e pai no âmbito político, respectivamente: Renato Archer da Silva, Sebastião Archer da Silva. Embora, na apuração dos votos daquele ano:

> [...]tudo levava a crer que Saturnino Bello seria o vitorioso. Mas, surpreendentemente, o TRE anula aproximadamente cerca de 16 mil votos da capital, ensejando a Eugênio Barros ultrapassar o candidato da oposição cerca de 6 mil sufrágio[...] Enquanto essa discussão ganhava corpo, acontece a fatalidade: Saturnino Bello, no dia 16 de janeiro de 1951 é vitimado por um enfarte cardíaco fulminante, deixando às Oposições na orfandade e o eleitorado da Capital revoltado, a ponto de creditar a morte do candidato aos Juízes do TRE. (BUZAR, 1998, p. 97)

Diante da instabilidade política estadual e representação de fraude eleitoral, é imprescindível destacar o quadro político com o desempenho dos candidatos, no Maranhão, nas eleições de 1950:

Figura 2 - Resultado eleitoral para Governador do MA (1950)

Quadro 7 – Eleições para o Governo do Estado do Maranhão – 1950

Partido/ Coligação	Governador	Votos	Vice	Votos
PST	Eugênio Barros	74.279	Renato Archer	73.604
PSP-UDN-PSD-PR-PL-PTB	Saturnino Bello	67.753	Antenor Abreu	67.537

Fonte: O Imparcial, São Luís, 20 jan. 1951

Fonte: BUZAR, 1998, p. 99.

Conforme a tabela acima (Fig. 2) o candidato vitorinista Eugênio Barros obteve a vitória eleitoral, porém cabe reiterar que esses dados quantitativos eram forjados, em prol de manipular a opinião pública, através da imprensa maranhense.

Visto que, os jornais antivitorinistas da capital lançavam constantes críticas e acusações contra o grupo situacionista. Em contrapartida, o Judiciário Maranhense, demonstrava atender aos interesses de Vitorino Freire, chancelando seu candidato ao mandato de governador do estado (1951-1955). Conforme, Freire (1978, p. 143):

> Já com Getúlio Vargas na Presidência da República, iniciamos a campanha para a eleição de Eugênio Barros para o governo do estado do Maranhão, das mais violentas de que participei em minha vida de político. Diversos incidentes registraram-se em vários municípios entre os adeptos das facções em disputa, e a nossa vitória nas urnas não havia acabado com a luta, que se estendeu até à sua posse.

Seguidamente, "segundo os oposicionistas, o TRE, diplomando Eugênio Barros, exorbitou de sua competência e praticou ilegalidade, pois a legislação eleitoral era omissa e não cogitava de situação como a que acabava de acontecer no Maranhão" (BUZAR, 1998, p. 101). Essa conturbada e acirrada eleição estadual, posteriormente, resultou na conhecida Greve de 1951, juntamente com a formação das Oposições Coligadas eclodida na capital, São Luís.

Na época, destacava-se alguns jornais[6] que circulavam na ilha maranhense (São Luís), apesar de que "desarticulados e atônitos [...] lançavam mensagem à população esclarecendo que continuavam em estado de alerta, pois a chama da luta permanência acesa contra o vitorinismo (BUZAR, 1998, p. 184).

Ou seja, isso infere afirmar que a imprensa estadual não estava totalmente sob o controle de Vitorino, e sim havia muitos jornais opositores ao seu sistema político, é claro, sem desconsiderar os dois jornais pró-governo em 1951, *O Diário de São Luís* e *A Tarde*, ambos tendo como diretor o próprio Vitorino.

Auge Vitorinista

O maior exemplo da consolidação vitorinista no estado foi assegurar a posse de Eugênio Barros ao executivo estadual em 1951, solidificando a chefia política de Vitorino Freire. Além de seu retorno ao PSD, conquistando a gestão nacional e o comando estadual do partido, eliminado seus algozes, por exemplo, Genésio Rêgo do cargo de presidente do partido.

[6]"Jornal O Combate", "Jornal do Povo", e "Jornal Os Coligados" (BUZAR, 1998, p. 184).

Em 1954, o guerreiro de Arcoverde[7] é eleito senador, e reeleito em 1962, escolhendo filiar-se à ARENA, após a outorga do bipartidarismo do Regime Militar de 1964. No que tange a isso:

> Vitorino conseguia agora impor seu senhorio absoluto no Estado, e sua política caracterizada por corrupção, mandonismo e manutenção de um sistema oligárquico. A política de Vitorino estava montada e continuaria ainda por muito tempo controlando os governos estaduais, bem como os principais grupos políticos das cidades do interior. (ALVES, 1998, p. 32)

Desse modo, o pernambucano de Arcoverde detinha todos os dispositivos de controle da Máquina do estado para viabilizar seu projeto político, "com a comunicação do TSE ao Senado daquela memorável decisão, o Maranhão passava a contar na câmara alta do País apenas com dois senadores: Vitorino Freire e Antônio Bayma.". (BUZAR, 1998, p. 205)

A consagração vitorinista nas urnas estaduais, muitas vezes desconsiderou os mecanismos de fraudes eleitorais para êxito político. Bem como, as irregularidades praticadas pelos candidatos governistas e oposicionistas, motivando o Sr. Raimundo Bastos revelar que:

> Vitória do Mearim, por causa daquela ignominiosa concentração de votos contidos nas urnas fraudadas, que jamais representavam legítima expressão da vontade popular do Maranhão, tornou-se o banco de sangue eleitoral, para onde ocorriam pressurosamente os anêmicos candidatos nas eleições de 54, carentes de uma salvadora transfusão de votos. (JORNAL PEQUENO, 15 DE JANEIRO DE 1954)

Por isso, os resultados eleitorais eram tidos com desconfiança pela oposição, devido às casuais práticas vitorinistas de manutenção do poder, costuradas pelo (des)mando vigente. O quadro abaixo (Fig. 3), demonstra a vitória consagrada pela maioria popular (via voto direto) nas urnas maranhenses. Assim é perceptível o êxito de Vitorino Freire ao Senado Federal, é claro, sem desconsiderar às teias políticas e os bastidores das eleições de 1954, no estado.

---

[7] Alcunha para designar Vitorino de Brito Freire (NERY apud FREIRE, 1978, p 09), tendo em vista que Arcoverde refere-se a uma cidade pernambucana onde o político referido cursou seus estudos, antes de se mudar para o Rio de Janeiro.

Figura 3 - Resultado eleitoral para Senador Federal do MA (1954)

Quadro 11 - Eleições para o Senado Federal no Maranhão - 1954

Coligação	Senador	Votos	Suplente	Votos
PSD-PL	Vitorino Freire	111531	Alfredo Duailibe	109.766
PSD-PL	Archer da Silva	109936	Remy Archer	109.626
PSP-UDN-UDC-PTB-PR-PRP-PTN	Clodomir Millet	41.758	Severino Dias Carneiro	41.534
PSP-UDN-PDC-PTB-PR-PRP-PTN	Alarico Pacheco	38.406	Jurandir Braúna	37.838

Fonte: O Imparcial, São Luís, 12 de jan. 1954

Fonte: BUZAR, 1998, p. 214.

Outra situação digna de destaque na década de 1950 foi a eleição de Juscelino Kubitschek (Governador de Minas Gerais) para a Presidência da República, em 1955, pelo PSD que à época se encontrava na gestão de Vitorino Freire no âmbito estadual, uma conjuntura política na qual o Maranhão precisava de uma aliança mais extensa com o poder central, capitaneada pelo líder do PSD. Isto é:

> Minha missão era equivalente à de um guerrilheiro no plenário, fazendo defesa imediata do presidente da República, em termos pessoais, dando tempo às lideranças para que se preparassem à medida que os debates se aprofundavam. [...] e as informações sobre os fatos que viriam a ocorrer chegavam ao meu conhecimento com grande antecedência, o que me permitia aplainar o caminho para as decisões governamentais no momento em que eram tomadas públicas. (BUZAR, 1998, p. 129-130)

Uma reviravolta na política maranhense

Meireles (2001) e Santos (2004) afirmam que nas eleições de 1955 ocorreram denúncias sobre eleitores fantasmas, fraudes na contagem dos votos, fazendo-se necessária, portanto, a convocação de eleições complementares, em outubro de 1956, devido a precária situação porque passara as eleições deste período, impedindo temporariamente Mattos Carvalho e Alexandre Costa, os candidatos vencedores, assumissem o governo estadual (ambos vitorinistas). Para Buzar (1998, p. 252):

> Na campanha eleitoral, os vitorinistas tiveram desempenho satisfatório em São Luís[...] propiciou a penetração do PSD em bairros onde, em pleitos anteriores, os governistas jamais atuaram, tamanha a animosidade oferecida pelo eleitorado da Capital. O discurso dos oposicionistas voltou-se para incentivar e estimular o eleitorado a comparecer em massa às urnas, com a finalidade de pulverizar a vantagem que o PSD certamente traria do interior do Estado.

Ou seja, enquanto os situacionistas direcionavam-se precisamente para à capital ludovicense, os opositores (antivitorinistas) visavam ampliar popularidade eleitoral pelo interior maranhense. As eleições estaduais ocorreram, respectivamente: 1955(eleição geral), 1956 (eleição complementar), 1957 (eleição suplementar).

Adiante, conforme o quadro abaixo (Fig.4), nas eleições de 1955 para o cargo de governador é eleito o médico maranhense, Mattos Carvalho, pelo PSD. Posto que a disputa eleitoral em 1955, representou a primeira dissidência do grupo vitorinista, onde alguns dissidentes migram para o PTN.

Figura 4 - Resultado Eleitoral para Governador do MA (1955)

Quadro 15 - Resultado final das eleições para o Governo do Estado do Maranhão - 1955

Coligação	Governador	Votos	Vice	Votos
PSD-PTB-PL	Mattos Carvalho	79.416	Alexandre Costa	76.804
PSP-UDN-PDC-PR-PTN-PRP	Cunha Machado	69.920	Collares Moreira	68.826

Fonte: O Imparcial. São Luís, 27 jan. 1956.

Fonte: BUZAR, 1998, p. 261.

É essencial, afirmar que nesse intervalo de eleições sequenciais, o TSE, juntamente com o TRE-MA, tentaram várias vezes impedir os vencedores de serem empossados dos cargos eletivos, em prol das oposições Coligadas do Estado, que não admitiam perder aquele pleito. Até que “depois de idas e vindas, chega, enfim, o dia tão esperado, especialmente pelos vitorinistas, da última e definitiva etapa de um processo tumultuado, que se arrastava desde 3 de outubro de 1955”. (BUZAR, 1998, p. 329)

Em 1955, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) empossa Mattos Carvalho e Alexandre Costa, governador e vice do Maranhão, ambos cumprindo mandato de 1955 a 1960. Para Vitorino Freire, implicava que:

> Lamentavelmente, nos primeiros tempos de seu governo, Mattos Carvalho deixou-se envolver por elementos que haviam sido por mim inventados e protegidos politicamente, e cuja ambição de poder iria levar, anos mais tarde, o PSD maranhense a fragmentar-se pelas mãos do então Deputado Newton Bello, que àquela época, juntamente com o Deputado Renato Archer, contra mim conspirava por trás dos bastidores da política estadual. (FREIRE, 1978, p. 175-176)

Ou seja, na visão vitorinista de imediato era evidente os seus primeiros incidentes no Estado, bem como conspirações de seus próprios aliados políticos .

Nas eleições de 1960, o senador Vitorino Freire desloca-se à Brasília (precoce capital federal), para convencer João Goulart a não apoiar a candidatura de seu algoz José Matos, lançado pelas Oposições Coligadas. É claro, logrando êxito, logo "isso já era esperado, pois Jango receberá fielmente os votos do PSD do Maranhão para vice-presidente e tem contado sempre com o apoio do nosso partido". (O IMPARCIAL, 24 DE JANEIRO DE 1960)

É interessante enfatizar que os jornais antivitorinistas sempre estiveram atentos ao que se passavam na política estadual, concernente à ausência de Vitorino na percepção de autoridades em São Luís, visto que "o retraimento do senador é sintoma de discórdia reinante nas fileiras situacionistas, onde a maioria não levará o nome do candidato governista [...]". (JORNAL PEQUENO, 11 DE SETEMBRO DE 1960).

Cabe ressaltar que, em 1962 Vitorino consegue se reeleger ao cargo de senador federal com uma expressiva quantidade de votos em terras maranhenses, sendo seu mandato compreendido entre 1962 a 1971.

Figura 5 - Resultado eleitoral para presidente e governador no MA (1960)

Quadro 18 - Eleições para a Presidência da República e o Governo do Estado do Maranhão - 1960

Cargo	Partido/ Coligação	Candidato	Votos
Presidente	PSD-PTB	Henrique Lott	85.557
	PSP	Adhemar de Barros	75.055
	UDN-PDC-PTN	Jânio Quadros	58.510
	-	Votos em Branco	12.439
	-	Votos Nulos	13.997
Governador	PSD-PTB-UDN	Newton Bello	142.068
	PSP-PR-PDC-PTN	Clodomir Millet	83.746
	-	Votos em Branco	11.063
	-	Votos Nulos	6.775

Fonte: O Imparcial, São Luís, 27 nov. 1960

Fonte: BUZAR, 1998, p. 404

Conforme, os dados quantitativos acima expostos (Fig.5), para governador do Estado, o sr. Newton Bello vence às eleições para o mandato de 1961 a 1965. Isso implica dizer que:

> A rigor Newton Bello apenas teve tranquilidade para governar no exercício de 1961, quando as Oposições lhe deram relativa trégua política, embora também essas eleições e tenham sido produto de fraude, mas não tão avassaladora quanto as passadas. (BUZAR, 1998, p. 407)

Nessa conjuntura política, surge a figura de José Sarney (UDN), que a princípio é aliado do governador Newton Bello, e depois rompe com o mesmo, tornando-se opositor à cúpula estadual, "sem que nada mais pudesse oferecer ao governo, Sarney passou a receber até a hostilidade do Palácio dos Leões". (BUZAR, 1998, p. 414)

No que se refere a elogios de Vitorino à Sarney, quando ambos eram aliados e amigos pessoais, tem-se que:

> Jovem e inteligente, Sarney soube transformar o cargo que ocupava em verdadeiro trampolim político para sua ascensão dentro do estado. Com a proximidade das eleições para o Senado e para a Câmara Federal, a UDN aliou-se ao PSD, como formula de fazer algum deputado. [...] o candidato apresentado foi José Sarney. [...] desempenharia o seu mandato, se eleito, de forma positiva par ao Estado. (FREIRE, 1978, p. 274)

Sarney teve uma carreira política admirável, quando em 1962 é eleito deputado federal (2 º mais votado do Estado), sendo favorecedor do Golpe de 1964, e solicitando o aval do presidente Marechal Castelo Branco para concorrer às eleições estaduais de 1965 ao cargo de governador, com o apoio dos partidos UDN, PSP e o PR.

O eleitorado maranhense em 1965 (Fig. 6) mostrou um perfil distinto em relação às eleições passadas, "as Oposições, que só ganhavam na capital e eram esmagadas no interior pelo PSD, desta vez alteraram o quadro: foram bem sucedidas em todo o Estado''. (BUZAR, 1998, p. 498)

Figura 6 - Resultado eleitoral para Governador do MA (1965)

Quadro 23 - Eleições para o Governo do Estado do Maranhão - 1965

Coligação	Candidato	Votos
PSP-UDN-PR	José Sarney	120.810
PDC-PL	Costa Rodrigues	67.971
PTB-PSD	Renato Archer	35.840

Fonte: Diário Oficial do Estado, São Luís, 20 out. 1965

Fonte: BUZAR, 1998, p. 498

Com isso, o Vitorinismo, como sistema de prática política administrativa, estava aniquilado no Maranhão, apesar de alguns resquícios ainda perdurarem (práticas

coronelísticas), ensejo que possibilitou um discurso sarneísta, que retoma o caminho do desenvolvimento econômico e social, aliás uma nova perspectiva de modernidade maranhense.

3. Considerações finais

A estrutura oligárquica no Maranhão é marcada por continuidades e rupturas, pois transcende a esfera local ampliando sua zona de influência e atuação, isso implica dizer que o Vitorinismo, enquanto uma organização político-administrativo, representou uma relação de mando e obediência tecida entre a população maranhense, majoritariamente analfabeta, carente e de extrema-pobreza.

É importante realçar que os partidos políticos no Estado, entre 1945-1965 representaram meramente apenas uma questão de formalidade eleitoral, pois a permanência na política, tanto nacional quanto estadual, foi personalizada por determinados grupos políticos estruturados através das oligarquias regionais que costuraram alianças com os partidos nacionais (formação de coligações para sustentar-se no poder), como foi o caso do Vitorinismo.

O coronelismo, tido enquanto práticas de (des)mando ainda permanece autêntico e maleável, não sofrendo nenhuma extinção, podendo ser exemplificado pela Revolução de 1930, onde no Nordeste emergiu a figura do pernambucano Vitorino Freire, um militar que participou ativamente da Revolução de 30, fato que não conseguiu renovar o quadro político brasileiro, e sim alternâncias de grupos oligárquicos.

Percebe-se mais ainda que as oposições agrupadas no antivitorinismo não almejavam uma mudança na vida da população maranhense, com o intuito de remodelar o quadro social vigente. Pelo contrário, visavam seus próprios interesses pessoais por meio da apropriação da coisa pública.

Em suma, fica o desafio de aproximar o desempenho do serviço público brasileiro às necessidades do cidadão, colocando as demandas públicas acima dos interesses privados de quem está ocupando um cargo, e acima da politicagem de grupos que usam a máquina do Estado para fins exclusivos de sua perpetuação no poder. Em outras palavras, o desafio é tornar o serviço público realmente voltado para o interesse coletivo e o respeito aos direitos do cidadão. O desafio é aumentar o grau de responsabilidade pública do Estado.

Diante disso, o Vitorinismo fora somente substituído pelo Sarneísmo, com algumas características em comum, tais como: comando político (centralização governamental), influência no preenchimento de cargos públicos, manutenção de interesses privados em

detrimento do bem público, manipulação da opinião coletiva através dos Meios de Comunicação, fraudes eleitorais etc. Enfim, a política brasileira em si só reconfigura-se ao longo do tempo, como tentativa de desdobramento e disputas acirradas entre situacionistas e oposicionistas, cada qual agindo dentro de seus espaços de poder, almejando uma liderança seja local, regional ou nacional.

4. Referências bibliográficas

ALVES, Maria Aurizete. **Os mecanismos que mantinham as forças políticas em Caxias, no período de 1956-1961**. (Monografia apresentada ao Departamento de História e Geografia do CESC-UEMA/ 1998).

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual**. Simpósio nacional de história, XXVII 2013, Natal. Anais. Natal: Anpuh, 2013. p. 01-18.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. 1ª ed. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf – Indústria gráfica e Editora LTDA, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** *Dados* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DICIONÁRIO de ciências sociais. (1987). Rio de Janeiro, FGV/MEC.

FAORO, Raymundo**. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 16ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa: memórias**. Rio de Janeiro: Guavira Editores LTDA, 1978. 299p.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 6ª ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, p. 105-6.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LENARDÃO, Elsio. **Gênese do clientelismo na organização política brasileira**. 1998. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_elsio.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **História da Civilização Brasileira**. 4 ª ed. 1985. p. 155-188.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: 2007.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes**. O MANDONISMO MÁGICO DO SERTÃO: CORPO FECHADO E VIOLÊNCIA POLÍTICA NOS SERTÕES DA BAHIA E DE MINAS GERAIS - 1856-1931**. Dissertação (Mestrado) – História, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros-SP, 2013.

SANTOS, Helycyane Nascimento Santos. **A Estrutura do mandonismo Local no Maranhão no período correspondente à influência política de Vitorino Freire (1945 a 1964**). (Monografia apresentada ao Departamento de História e Geografia do CESC-UEMA/ 2004).

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. 2. v. Brasília: UnB, 1999.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

Jornal Pequeno. São Luís. 15 de janeiro de 1954.

Jornal Pequeno. São Luís. 11 de setembro de 1960.

O Imparcial. São Luís. 13 de novembro de 1943.

O Imparcial. São Luís. 24 de janeiro de 1960.